

## A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS

*Andréa Oliveira Almeida<sup>1</sup>*

### RESUMO

Ninguém duvida de que o acesso de alunos surdos nas escolas regulares é uma garantia legal conquistada há quase vinte anos. O que questionamos não é o acesso, mas as condições e a qualidade no ensino desses alunos incluídos em classes comuns. Observamos, durante todo o processo de nossa prática pedagógica, a incoerência entre a teoria inclusiva e prática existente em toda história da educação, devido ao despreparo profissional, assim como a falta da estrutura escolar. A dicotomia entre a prática docente e as questões teóricas nos inquieta constantemente. O professor está preparado para receber alunos surdos em sua turma? O professor tem conhecimento das Libras – Língua Brasileira de Sinais? Esses alunos estão recebendo uma educação de qualidade e significativa? Esses são alguns dos questionamentos que nos leva a escrever este artigo.

**Palavras-chave:** inclusão, psicopedagogia, surdez.

### ABSTRACT

Nobody doubts that the Access of deaf students in regular schools is a legal guarantee conquered almost twenty years ago. What we are questioning is not the access, but the conditions and quality in teaching these students included in regular classes. We observed during the whole processo of our pedagogic practice the inconsistency between inclusive theory and the practice that exist all over the educational history, because of the unprepared training of Professional, as well as a unprepared school structure. The dichotomy between teaching practice and theoretical issues worried us constantly. Is the teacher prepared to receive deaf students in your class? Hás the teacher the knowledge of the Libras – Brazilian Sign Language? Are these students receiving a quality and meaningful education? These are some of the questions that lead us to write this article.

**Keyword:** inclusion, psychopedagogy, deafness

---

<sup>1</sup> Pedagoga, Especialista em Psicopedagogia, Intérprete e Instrutora de Libras, Professora de Educação Inclusiva e Libras dos Cursos de Licenciatura do UGB.

## INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como foco principal assuntos pertinentes a qualidade na educação dos alunos surdos incluídos nas escolas regulares. Mostraremos na primeira sessão que a Libras – Língua Brasileira de Sinais, reconhecida e oficializada como língua no Território Brasileiro – é um importante meio de comunicação do indivíduo surdo. Discutiremos também o processo de inclusão, tendo como autora principal do tema Mantoan (2006) que com muita propriedade no assunto diz que:

Ensinar significa atender às diferenças dos alunos, mas sem diferenciar o ensino para cada um, o que depende, entre outras condições, de se abandonar um ensino transmissivo e adotar uma pedagogia ativa, dialógica, interativa, integradora, que se contrapõe a toda e qualquer visão unidirecional, de transferência unitária, individualizada e hierárquica do saber. (2006, p.. 49)

Dando continuidade ao artigo, analisaremos alguns aspectos da psicologia do indivíduo surdo. Esta psicologia que contribuirá muito no estudo dos aspectos dos surdos incluídos nas escolas regulares. E para concluir as sessões do nosso artigo falaremos da intervenção psicopedagógica e a intervenção no processo da inclusão. Não pretendemos analisar exaustivamente o tema, mas contribuir com seu entendimento.

### **LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais**

Reconhecida e oficializada como Língua no Território Brasileiro pela Lei 10.436/02. (BRASIL, 2002)

As Línguas de Sinais (LS) são as línguas naturais das comunidades surdas. Ao contrário do que muitos imaginam, as Línguas de Sinais não são simplesmente mímicas e gestos soltos, utilizados pelos surdos para facilitar a comunicação. São línguas com estruturas gramaticais próprias, e não simplesmente uma forma de linguagem. A Língua Brasileira de Sinais é uma língua visual-espacial articulada através das mãos, das expressões faciais e do corpo.

Segundo Karnopp (1994), sendo LIBRAS uma língua percebida pelos olhos, a Língua Brasileira de Sinais apresenta algumas peculiaridades, que são normalmente pouco conhecidas pelos profissionais. Atribui-se às Línguas de Sinais o status de língua porque elas

também são compostas pelos níveis lingüísticos: o fonológico, o morfológico, o sintático e o semântico. Porém, as pesquisas de várias línguas de sinais, como a Língua de Sinais Americana (ASL) e a Língua Brasileira de Sinais, mostraram que tais línguas são muito complexas e apresentam todos os níveis de análises da lingüística tradicional. A diferença básica está no canal em que tais línguas expressam-se para estruturar a língua, um canal essencialmente visual.

### **ALFABETIZAÇÃO: O CONTEXTO DA PESSOA SURDA**

Quadros (2008) afirma que os alarmantes resultados escolares dos alunos surdos nos instigam, bem como a recusa do fracasso escolar, por grande parte dos educadores. Estudar em escolas para ouvintes faz parte das expectativas de muitos surdos e de seus pais. O ensino regular constitui, uma espécie de oásis num deserto árido de chances para os surdos. Muitas vezes é constatada a precariedade do resultado, por não serem os surdos falantes da língua que circula na sala de aula. Alguns insistem na permanência na escola, que se mantém às custas de proteção, acobertamento das dificuldades e outras astúcias. Mesmo que os professores sejam bem preparados, mesmo que conheçam a cultura surda e a língua de sinais, ainda assim não é suficiente, pois não existe uma mesma língua, compartilhada, circulando na sala de aula e na escola. É preciso muito mais, talvez... um milagre no sistema educacional brasileiro para “incluir” de verdade esses alunos surdos.

Segundo Quadros:

No caso dos surdos, o maior desafio é promover uma organização escolar em que a língua de instrução seja a língua de sinais e a perspectiva de organização dos conhecimentos partam de uma construção visual, o que demanda um outro desafio: investir em cursos de graduação para a formação de professores surdos, educadores bilíngues (Libras e Português) e de intérpretes de língua de sinais. (2008, p.. 28)

Na escola comum, professores e estudantes ouvintes são falantes de uma língua oral que circula o tempo todo na sala de aula e as estratégias pedagógicas são típicas daqueles que se orientam a partir da condição da oralidade. O sistema não pode oferecer as condições pedagógicas porque, por princípio, ninguém fala a mesma língua. Além disso, não há como utilizar a língua de sinais e a língua oral simultaneamente, isso por razões de ordem lingüísticas.

O que falta aos surdos, sem sombra de dúvidas, é o acesso à uma língua que dominem e que lhes permita pensar com todas as complexidades necessárias, disponíveis como são para qualquer um. Frequentemente, quando adquirem essa língua – a língua de sinais – raramente a compartilham com seus professores.

A ausência de comunicação traz vários problemas, mas são encontrados artifícios para encobrimento desse conflito, uma delas, é a aprovação automática desses alunos, que em alguns casos não tem condições mínimas para prosseguirem para as séries adiantes.

Botelho (2002, p.58) afirma com propriedade que a educação dos surdos não tem oferecido condições favoráveis de acesso às complexidades cognitivas. Além de professores e alunos surdos não compartilharem uma mesma língua, a preocupação em muitas escolas ainda é o ensino de palavras. E as palavras, por sua vez, não fazem sentido como pertinentes a uma categoria comum, tampouco se relacionam com um tema significativo.

De acordo com Quadros (2006) as condições de permanência dos surdos nas escolas regulares são mínimas. Muitos surdos desenvolvem práticas de leitura e de escrita, e seus resultados constituem indicativos de letramento escolar, mas os surdos que não estão imersos em tais práticas pouco usam socialmente a leitura e a escrita, apresentando outros resultados, não satisfatórios.

### **O PROCESSO DE INCLUSÃO**

Vamos relatar abaixo a cena de um cotidiano escolar:

“Jorge é um menino de 10 anos, cursando o 3º ano do Ensino Fundamental. Nasceu surdo, possui perda auditiva profunda.

A família não sabe Libras (Língua Brasileira de Sinais), portanto, a comunicação em casa é restrita.

Estuda em uma escola regular, é o único aluno surdo da classe e a professora também não sabe a Língua de Sinais.

Ele está apresentando dificuldades no aprendizado da Língua Portuguesa, porém, se destaca em matemática.

Já repetiu o 3º ano e não está motivado a ir às aulas por causa da diferença de idade com os colegas da turma.

É um menino alegre, feliz, sorridente, conversa com os colegas através de mímicas e gestos.

A professora o encaminhou ao Serviço de Orientação Educacional e, este ao psicopedagogo”.

Para Mantoan (2006), a inclusão é um desafio, que ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade da Educação Básica e Superior, pois para que os alunos com e sem deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender às diferenças. Esse aprimoramento é necessário, sob pena dos alunos passarem pela experiência educacional sem tirar dela o proveito desejável, tendo comprometimento um tempo que é valioso e irreversível em suas vidas: o momento do desenvolvimento.

A inclusão também se legitima, porque a escola, para muitos alunos, é o único espaço de acesso aos conhecimentos. É o lugar que vai lhes proporcionar condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos, com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente. (2006, pág. 36)

Mantoan aponta que a maioria das escolas está longe de se tornar inclusiva. O que existe em geral são escolas que desenvolvem projetos de integração, os quais não estão associados a mudanças de base nestas instituições e continuam a atender aos alunos com deficiência em espaços escolares semi ou totalmente segregados (classes especiais, escolas especiais).

De acordo com Alves (2007) as propostas curriculares devem partir da realidade de vida do aluno, suas experiências, de seus saberes, fazeres e vão sendo tramadas em redes de conhecimento que superam a tão decantada sistematização do saber.

Essa compreensão equivocada da escola inclusiva acaba instalando cada criança em um “*locus*” escolar arbitrariamente escolhido e acentua mais as desigualdades, justificando o fracasso escolar como problema de responsabilidade exclusiva do aluno.

Para Alves (2007) a inclusão não implica no desenvolvimento de um ensino individualizado para os alunos que apresentam déficits intelectuais, problemas de aprendizagem e outros relacionados ao desempenho escolar. Na visão inclusiva, não se segregam os atendimentos escolares, seja dentro ou fora das salas de aula e, portanto, nenhum aluno é encaminhado a salas de reforço ou aprende a partir de currículos adaptados.

Na verdade é o aluno que se adapta ao novo conhecimento e só ele é capaz de regular o seu processo de construção intelectual.

Quando me refiro a inclusão social e pedagógica, me refiro também a inclusão do indivíduo consigo mesmo, a aceitação de suas dificuldades, a conscientização das suas capacidades atuais e a construção do conhecimento de suas habilidades. (ALVES, 2007, p. 36 e 37)

Abranger, compreender, envolver, implicar, acrescentar e somar. Portanto, que fique compreendido que qualquer indivíduo pode ser incluído, pois nós podemos e devemos envolvê-lo a qualquer outro ser para somar o seu crescimento a ambos.

Para que possamos incluir, devemos respeitar e querer desenvolver o indivíduo em todos os aspectos dentro do processo de aprendizagem. Deve haver a inclusão social, respeitando a criança portadora de necessidades especiais, possibilitando-a da convivência com os indivíduos ditos normais, através de trocas, dando-lhes assim condições necessárias para a aprendizagem e o ajustamento social.

### **A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NO PROCESSO DA INCLUSÃO**

A primeira fase de socialização da criança é o contato familiar, micro esfera de um mundo do qual é parte e no qual atua significativamente; a segunda fase de sua socialização e preparação dessa criança para viver em sociedade exercendo seu direito de cidadania se faz no ambiente escolar, onde o papel dos profissionais em educação é de suma importância e muito relevante. Porém a inclusão da criança surda no meio escolar requer maior preparo dos educadores que devem ter o apoio de um especialista, o psicopedagogo, fato este que todos os profissionais envolvidos no atendimento desse aluno surdo deverão ter o domínio da Língua Brasileira de Sinais.

Voltando ao caso de Jorge, aluno surdo, incluído em uma escola regular, este que é um caso representativo de tantos outros. Verificamos que Jorge era um aluno integrado e não incluído, nem mesmo sua família atendia aos requisitos básicos de comunicação como este. A orientação psicopedagógica foi à seguinte: A presença de um Intérprete de Libras foi primordial.

Jorge não apresenta nenhuma dificuldade de aprendizagem, o seu bloqueio em não aprender, é por causa da barreira de comunicação existente em sala de aula (e também em casa).

A orientação dada à família e à escola:

- O aprendizado da Libras será importantíssimo para estabelecerem uma comunicação eficaz com Jorge;
- Garantido por Lei, Jorge tem direito a um Intérprete de Libras na escola, traduzindo todas as aulas;
- A professora deverá aprender Libras para ensinar todo o conteúdo das aulas para o menino, e será através desta Língua que ele aprenderá a sua segunda Língua (Libras dará base para o aprendizado do Português).

Em todas as seções, Jorge se destacava muito bem, é comunicativo, expressivo, sua percepção é muito desenvolvida. É um menino esperto e muito inteligente. Após toda essa orientação, Jorge tornou-se incluído em seu meio e sua aprendizagem ocorreu de forma significativa.

O trabalho dos especialistas nas questões de aprendizagem é a lacuna existente entre as diferenças e a inclusão, onde o psicopedagogo passa a ser o mediador e o facilitador que minimiza a angústia da busca de respostas.

Cabe-lhe facilitar a mudança exigida durante o processo de adaptação do aprendiz surdo. É necessário concretizar a tendência de sua inclusão conferindo-lhe as mesmas condições de realização e aprendizagem sócio-cultural da criança ouvinte, direito conferido pelo dever que o Estado tem de garantir escolas gratuitas para todos.

## **O DIAGNÓSTICO E A INTERVENÇÃO**

Segundo Weiss:

Todo diagnóstico psicopedagógico é, em si, uma investigação, é uma pesquisa do que não vai bem com o sujeito em relação a uma conduta esperada. Será, portanto, o esclarecimento de uma queixa, do próprio sujeito, da família e, na maioria das vezes, da escola. (2008, p. 29)

O diagnóstico é o caminho que possibilita ao psicopedagogo levantar hipóteses, que poderão ou não ser confirmadas ao longo do processo de investigação ou pesquisa, de como o aprendiz está em relação ao esperado num processo ensino-aprendizagem.

O primeiro passo é ouvir as queixas da família, dos educadores envolvidos e da própria criança; em se tratando do surdo se faz necessário que o especialista tenha meios de como com ela se comunicar, mesmo que com a presença de um intérprete de Libras para, a partir daí, intervir e mediar possibilitando-lhe a inclusão. A exploração do cotidiano escolar da

criança conduz o psicopedagogo às questões ligadas à escola e à família. A análise das dificuldades implica também na observação do que é relevante na aprendizagem.

De acordo com Weiss (2008) com o diagnóstico precoce, respaldado no conhecimento teórico e prático vinculado na relação aprendiz-família-escola, poderá o psicopedagogo atuar para que seja feita uma inclusão adequada do aprendiz no meio escolar assim como social.

A intervenção preventiva prioriza o ser humano e não o sistema educacional, portanto é necessário que o profissional seja preparado para exercer o papel de educador para que tenha condições de lidar com todas as crianças, respeitando-lhes sobretudo as diferenças individuais peculiares do ser humano.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A inclusão do aluno com surdez deve acontecer desde a educação infantil até a educação superior, garantindo-lhe, desde cedo, utilizar os recursos de que necessita para superar as barreiras no processo educacional e usufruir seus direitos escolares, exercendo sua cidadania, de acordo com os princípios constitucionais do nosso país.

Os professores precisam conhecer e usar a Língua de Sinais, entretanto, deve-se considerar que a simples adoção dessa língua não é suficiente para escolarizar o aluno com surdez. Assim, a escola regular precisa implementar ações que tenham sentido para os alunos em geral e que esse sentido possa ser compartilhado com os alunos com surdez. Propomos uma equipe multidisciplinar na Secretaria de Educação.

Mais do que a utilização de uma língua, os alunos com surdez precisam de ambientes educacionais estimuladores, que desafiem o pensamento, explorem suas capacidades, em todos os sentidos.

A inclusão do aluno surdo não deve ser norteadada pela igualdade em relação ao aluno ouvinte e sim em suas diferenças culturais e sociais, sendo estabelecida uma educação bilíngue para esses alunos e que se tenha um currículo em Libras e uma pedagogia centrada respeitando essas diferenças.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, F. **Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio.** 3. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2007.

BOTELHO, P. **Linguagem e Letramento na Educação dos Surdos – Ideologias e Práticas Pedagógicas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Decreto nº. 5.626.** Brasília, DF: MEC, 2005.

\_\_\_\_\_. **LDB – Lei nº. 9.394.** Brasília, DF: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 10.436.** Brasília, DF: MEC, 2002.

KARNOPP, Lodenir Becker. **Aquisição do parâmetro configuração de mão dos sinais da LIBRAS.** Dissertação de Mestrado. Instituto de Letras e Artes. PUCRS. Porto Alegre, 1994.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

QUADROS, Ronice Muller de. **Estudos Surdos I: Integração/Inclusão na Escolar Regular.** Petrópolis: Arara Azul, 2006.

\_\_\_\_\_. **Surdez: família, linguagem, educação.** Congresso INES – Instituto Nacional de Educação do Surdo. Anais. Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_. **Inclusão. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** – Edição Especial. Brasília, 2008.

WEISS, Maria Lúcia Lemme. **Psicopedagogia Clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.